

SICOOB CENTRAL ES

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 32.428.294/0001-43



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º SEMESTRE DE 2023



Relatório da Administração

Bem-vindos, filiadas e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo 30 de junho de 2023 da Cooperativa de Crédito Central do Espírito Santo - Sicoob Central ES. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (<https://www.comunidadesicoob.com.br/relacao-com-o-associado/documentos/>).

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Sicoob Central ES e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números em milhares de reais a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Central ES é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

A Fitch Ratings afirmou em 29 de Agosto de 2022 a classificação de risco do Sicoob Central ES, atribuindo no curto prazo a nota F1+(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.



5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Demonstrações dos Resultados Consolidados

6.1) Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	30.053	19.926	50,82
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(226)	(15)	1.406,67
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	32.981	23.819	38,47
Despesas Tributárias	106	83	27,71
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	10.756	9.651	11,45
Resultado	14.851	13.544	9,65

Contribuíram para compor Resultado do primeiro semestre de 2023:

No primeiro semestre de 2023 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 50,82% comparado com mesmo período de 2022.

Em 2023 ocorreu um aumento de 11,45% comparado ao primeiro semestre de 2022 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 9,65% em relação a 2022, atingindo um total de R\$ 14.851 mil em 2023.

6.2) Dados Patrimoniais

Em Milhares R\$

Balanco Patrimonial	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Variação %
Ativos Totais	7.769.638	5.189.159	49,73
Aplicações Financeiras de Liquidez	3.882.675	2.259.054	71,87
Títulos e Valores Mobiliários	3.386.540	2.563.822	32,09
Centralização Financeira - Cooperativas Filiadas	6.795.642	4.518.395	50,40
Patrimônio Líquido	380.298	307.935	23,50
Patrimônio de Referência (PR)	293.321	239.209	22,62



Os destaques para o crescimento da Cooperativa do primeiro semestre de 2023:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 7.769.638 mil ao final do primeiro semestre de 2023, com crescimento de 49,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

Em 30 de junho de 2023 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 3.882.675 mil, com crescimento de 71,87% em relação a 30 de junho de 2022.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$6,5 bilhões de ativos, o primeiro semestre de 2023 com o valor de R\$ 6.795.642 mil, com crescimento de 50,40% se comprado com 2022.

O patrimônio líquido aumento 23,50% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 380.298 mil ao final do semestre.

6.2.1) Carteira de crédito por produto

Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	Em milhares de reais			
	30/06/2023	30/06/2022	Variação	
	Total	Total	Valor Total	% Total
Repasses interfinanceiros – Crédito Rural	223.733	116.252	107.481	92,46
Empréstimos – Rotativo	119.665	106.316	13.349	12,56
Total	343.398	222.568	120.830	54,29

7. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Conexão, Sicoob Coopermais, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano e Sicoob Credirochas.

Cooperativas Singulares	Em milhares de reais								
	30/06/2023			30/06/2022			Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	1.048.356	191.820	26.558	737.496	148.821	20.366	42,15	28,89	30,40
Sicoob Sul	3.058.980	610.455	84.366	2.272.658	495.254	60.980	34,60	23,26	38,35
Sicoob Conexão	6.846.760	1.388.815	199.066	3.712.241	773.276	111.561	84,44	79,60	78,44
Sicoob Norte	-	-	-	1.524.697	311.327	49.341	(100,00)	(100,00)	(100,00)
Sicoob Coopermais	2.389.072	377.074	47.206	1.729.217	300.246	43.708	38,16	25,59	8,00
Sicoob Sul Serrano	3.634.216	732.805	111.081	2.755.601	560.099	64.295	31,88	30,83	72,77
Sicoob Credirochas	1.696.692	226.378	23.085	1.324.024	185.178	24.969	28,15	22,25	(7,55)
Total	18.674.076	3.527.347	491.362	14.055.934	2.774.201	375.220	32,86	27,15	30,95

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no primeiro semestre de 2023 são:

Houve um aumento de 32,86% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do primeiro semestre o montante de R\$ 18.674.076 mil. Superando a marca de 18,5 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 27,15% comparado a 2022, atingindo o montante de R\$ 3.527.347 mil.

As Sobras brutas do primeiro semestre de 2023 do Sistema Sicoob ES, atingiu um total de R\$ 491.362 mil, um aumento de 30,95% comparado ao mesmo período de 2022.

8. Pessoas

Contávamos com 153 colaboradores no final do primeiro semestre de 2023. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 9.838 mil no final do primeiro semestre de 2023.



9. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2023 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

Agradecemos às nossas filiadas pela confiança e aos empregados pela dedicação.

Vitória, 31 de julho de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balço Patrimonial

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO		7.769.638	6.325.028
DISPONIBILIDADES	4.	6.742	77
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.613.959	6.185.839
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	3.882.675	2.733.864
Títulos e Valores Mobiliários	6.	3.386.540	3.030.339
Relações Interfinanceiras		223.733	278.676
Repasses Interfinanceiros	7.	223.733	278.676
Operações de Crédito	8.	119.665	141.665
Outros Ativos Financeiros	9.	1.346	1.295
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.717)	(1.943)
(-) Operações de Crédito	8.	(598)	(550)
(-) Outras	7.	(1.119)	(1.393)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	149	100
OUTROS ATIVOS	11.	5.668	3.615
INVESTIMENTOS	12.	127.541	119.858
IMOBILIZADO DE USO	13.	25.404	24.990
INTANGÍVEL	13.	1.239	1.252
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	13.	(9.347)	(8.760)
TOTAL DO ATIVO		7.769.638	6.325.028
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.769.638	6.325.028
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.019.208	5.638.354
Relações Interfinanceiras		6.795.642	5.334.026
Centralização Financeira - Cooperativas	15.	6.795.642	5.334.026
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	223.537	304.288
Outros Passivos Financeiros	17.	29	40
PROVISÕES	18.	1.260	1.198
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	562	768
OUTROS PASSIVOS	20.	368.310	319.274
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380.298	365.434
CAPITAL SOCIAL	22.a	327.391	309.963
RESERVAS DE SOBRAS	22.b	38.371	38.371
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	22.c	(315)	(328)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	23.	14.851	17.428
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.769.638	6.325.028

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		433.987	247.619
Operações de Crédito	24.	17.994	9.767
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	212.333	125.324
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	203.660	112.528
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(403.708)	(227.678)
Operações de Captação no Mercado	14.	-	(9)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a	(10.539)	(3.779)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a	(393.395)	(223.905)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	25.	226	15
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		30.279	19.941
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(14.490)	(5.548)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26.	780	444
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27.	(9.838)	(8.345)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28.	(7.814)	(5.274)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29.	(106)	(83)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	30.	7.841	8.703
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	9.976	9.207
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(15.329)	(10.200)
PROVISÕES	33.	(10)	(1)
Provisões/Reversões para Contingências		(10)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		15.779	14.392
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34.	(15)	22
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		15.764	14.414
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.1	(913)	(870)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		14.851	13.544

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	14.851	13.544
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	13	333
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	13	333
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	14.864	13.877

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	193.753	36.321	(1.117)	10.465	239.422
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	10.465	-	-	(10.465)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	54.636	-	-	-	54.636
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	13.544	13.544
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	333	-	333
Saldos em 30/06/2022	258.854	36.321	(784)	13.544	307.935
Saldos em 31/12/2022	309.963	38.371	(328)	17.428	365.434
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	17.428	-	-	(17.428)	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	14.851	14.851
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	13	-	13
Saldos em 30/06/2023	327.391	38.371	(315)	14.851	380.298

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	15.764	14.414
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	(3)	(2)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.841)	(8.703)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(226)	(15)
Provisões/Reversões para Contingências	10	1
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	26	-
Depreciações e Amortizações	639	602
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	8.369	6.297
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(408.802)	1.669.372
Títulos e Valores Mobiliários	(319.100)	(953.826)
Relações Interfinanceiras	54.943	19.838
Operações de Crédito	22.000	-
Outros Ativos Financeiros	(51)	(6)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(50)	131
Outros Ativos	(2.053)	(804)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos a Prazo	-	9
Relações Interfinanceiras	1.461.616	421.258
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(80.751)	(45.921)
Outros Passivos Financeiros	(11)	(13)
Provisões	52	18
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(206)	(53)
Outros Passivos	48.124	41.826
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	784.080	1.158.126
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	3	2
Aquisição de Imobilizado de Uso	(479)	(696)
Aquisição de Investimentos	171	98
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(305)	(596)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	-	54.636
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	54.636
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	783.775	1.212.166
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.213.534	939.417
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.997.309	2.151.583
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	783.775	1.212.166

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$ EXCETO QUANDO ESPECIFICADO DE OUTRA FORMA

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES**, doravante denominado **SICOOB CENTRAL ES**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL ES** coordena as ações do Sicoob Sistema Sicoob ES difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL ES** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB CENTRAL ES, sediada à **RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 305, SANTA LÚCIA, VITÓRIA - ES**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2022 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo *Banco Central do Brasil - BCB*. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional - CMN*, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 31/07/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas



do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif;
- e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CENTRAL ES contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 2023 são reapresentadas abaixo:

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Exclusivamente para fins de comparação, nas demonstrações contábeis de junho de 2022 foram reclassificadas da rubrica de “Investimentos” o montante de R\$13.598 mil para “Títulos e Valores Mobiliários” ambas no Ativo do Balanço Patrimonial.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.



De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições conforme previsão Resolução CMN nº 4.817/2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.



j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

o) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.



u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRAL ES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

ab) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2023 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	6.742	77
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	6.669	3
Banco Bradesco	73	74
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	1.990.567	1.213.457
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	881.598	141.589
Títulos e Valores Mobiliários	1.108.969	1.071.868
Total	1.997.309	1.213.534

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		3.181.879	2.187.288
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		881.598	141.589
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	757.452	10.835
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	124.146	130.754
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		2.300.281	2.045.699
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	2.213.366	1.917.336
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	86.915	128.363
Não circulante		700.796	546.576
Aplicações em depósitos interfinanceiros		700.796	546.576
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	700.796	546.576
Total Geral		3.882.675	2.733.864

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.



Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	30/06/2023	31/12/2022
Até 1 mês	54.288	61.730
De 1 a 3 meses	827.310	79.859
De 3 a 6 meses	127.209	139.588
De 6 a 12 meses	2.173.072	1.906.111
Total circulante	3.181.879	2.187.288
De 1 a 2 anos	301.873	257.621
De 2 a 3 anos	855	1.783
Acima 3 anos	398.068	287.172
Total não circulante	700.796	546.576
Total Geral	3.882.675	2.733.864

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

5.1 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos semestres findos em 30/06/2023 e 30/06/2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
CDI - Não ligadas	-	3
CDI - Ligadas	212.333	124.360
Letras Financeiras do Tesouro	-	961
Total	212.333	125.324

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		1.816.985	1.072.751
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		1.108.969	1.071.868
Títulos para negociação - carteira própria		1.108.028	1.007.569
Fundo de centralização	Pós Fixado	374.041	320.390
Fundo Institucional	Pós Fixado	733.987	687.179
Títulos mantidos até o vencimento - carteira própria		941	64.299
LFT - Administrado	SELIC	941	23.490
LF - Outros Bancos(a)		-	36.770
LFTM - Administrado		-	4.039
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		708.016	883
Títulos mantidos até o vencimento - carteira própria		708.016	883
LFT - Administrado	SELIC	-	883
LFTM - Administrado	SELIC	144.252	-
LF - Outros Bancos(a)	CDI	563.764	-
Não circulante		1.569.555	1.957.588
Títulos para negociação - carteira própria		59.013	58.644
Cotas de Fundo Imobiliário		59.013	58.644
Títulos mantidos até o vencimento - carteira própria		1.496.944	1.885.346



Títulos e Valores mobiliários	Índice	30/06/2023	31/12/2022
LFTM – Administrado	SELIC	-	135.437
LFT – Administrado	SELIC	979.376	918.643
Debêntures	CDI	30.856	30.853
LF – Outros Bancos (a)	CDI	486.712	800.413
Participação em Cooperativas (b)		13.598	13.598
Sicoob Confederação		13.240	13.240
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		358	358
Total Geral		3.386.540	3.030.339

- (a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.
- (b) A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Os saldos anteriormente classificados em Investimentos, foram reclassificados para fins de apresentação a valores correspondentes. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	30/06/2023	31/12/2022
	Carteira própria	Carteira própria
Sem vencimento	1.108.028	1.007.569
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	941	64.299
De 3 a 6 meses	-	-
De 6 a 12 meses	708.016	883
Total circulante	1.816.985	1.072.751
Sem vencimento	72.611	72.242
De 1 a 2 anos	486.712	935.850
De 2 a 3 anos	-	-
Acima de 3 anos	1.010.232	949.496
Total não circulante	1.569.555	1.957.588
Total Geral	3.386.540	3.030.339

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Debêntures	2.294	1.949
Letras financeiras do tesouro	61.285	37.235
LFT - Vinculado a Garanta de Repasse	-	203
LF - Pós Fixada	64.091	22.999
LFT Centralização Recurso Municípios	8.900	6.714
Fundos de aplicação financeira	65.367	46.718
Rendas Aplic. Fundos Investimentos - Imobiliário	1.430	764



Outros - Rendas Aplicações Fundo Investimento	17.366	21.555
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(17.073)	(25.609)
TOTAL	203.660	112.528

7. Repasses Interfinanceiros

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

a) Composição da carteira de Repasses de Recursos do Crédito Rural:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	208.129	15.604	223.733	240.127	38.549	278.676
Total de Operações de Crédito	208.129	15.604	223.733	240.127	38.549	278.676
(-) Provisões para Operações de Recursos do Crédito Rural	(1.119)	-	(1.119)	(1.200)	(193)	(1.393)
TOTAL	207.010	15.604	222.614	238.927	38.356	277.283

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A	0,5%	Normal	223.733	223.733	(1.119)	278.676	(1.393)
Total Normal			223.733	223.733	(1.119)	278.676	(1.393)
Total Geral			223.733	223.733	(1.119)	278.676	(1.393)
Provisões			(1.119)	(1.119)		(1.393)	
Total Líquido			222.614	222.614		277.283	

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	119.665	-	119.665	141.665	-	141.665
Total de Operações de Crédito	119.665	-	119.665	141.665	-	141.665
(-) Provisões para Operações de Crédito	(598)	-	(598)	(550)	-	(550)
TOTAL	119.067	-	119.067	141.115	-	141.115

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	-	-	--	31.665	-
A	0,5%	Normal	119.665	119.665	(598)	110.000	(550)
Total Normal			119.665	119.665	(598)	141.665	(550)



Total Geral	119.665	119.665	(598)	141.665	(550)
Provisões	(598)	(598)		(550)	
Total Líquido	119.067	119.067		141.115	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	119.665	-	119.665
TOTAL	-	119.665	-	119.665

9. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	42	-	42	43	-	43
Rendas a Receber Seguro	5	-	5	5	-	5
Outras Rendas a Receber	37	-	37	38	-	38
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.304	1.304	-	1.252	1.252
Pis - Depósito Judicial	-	209	209	-	175	175
Cofins - Depósito Judicial	-	885	885	-	868	868
Outros Fiscais	-	85	85	-	85	85
Trabalhista	-	1	1	-	1	1
Outros	-	124	124	-	123	123
TOTAL	42	1.304	1.346	43	1.252	1.295

a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	69	-	69	69	-	69
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	25	-	25	25	-	25
Impostos e Contribuições a Compensar	48	-	48	-	-	-
Valores a Restituir - PERDCOMP	5	2	7	5	1	6
TOTAL	147	2	149	99	1	100

11. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	400	-	400	72	-	72



Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	422	-	422	90	-	90
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	25	-	25	15	-	15
Pagamentos a Ressarcir	720	-	720	122	-	122
Devedores Diversos - País	1.959	-	1.959	1.913	-	1.913
Plano de Saúde a Receber	15	-	15	7	-	7
Cooperativas Filiadas (a)	1.838	-	1.838	1.538	-	1.538
Estoque de Pontos Adquiridos	94	-	94	356	-	356
Estoque de Pontos Recebidos	12	-	12	12	-	12
Material em Estoque	225	-	225	236	-	236
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios (b)	-	2.054	2.054	-	2.032	2.032
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	-	997	997	-	975	975
Imóveis (II)	-	1.057	1.057	-	1.057	1.057
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Prop.	-	(1.057)	(1.057)	-	(1.057)	(1.057)
Despesas Antecipadas	920	-	920	192	-	192
TOTAL	4.671	997	5.668	2.640	975	3.615

(a) Cooperativas Filiadas - são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País - Banco Sicoob (a)	124.734	117.220
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	2.807	2.638
TOTAL	127.541	119.858

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 30/06/2023, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 7.672 mil (No mesmo período em 2022 - R\$ 8.345 mil referente equivalência).

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:



Descrição	30/06/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	153	137	
Terrenos	2.838	2.838	
Edificações	14.427	14.309	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(5.376)	(5.104)	
Instalações	4.360	4.285	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(765)	(671)	
Mobiliários	1.271	1.270	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(934)	(880)	
Máquinas	123	124	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(101)	(96)	
Aparelhos de Refrigeração	34	34	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(20)	(19)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.440	1.393	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(834)	(755)	
Alarme	22	21	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(7)	(6)	
Armas e Equipamentos	52	54	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(39)	(39)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	266	266	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(46)	(33)	
Equipamentos de Comunicação	116	117	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(83)	(77)	
Veículos	302	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(151)	(142)	
Intangível (b)	248	314	
Software e Direito de Uso	1.239	1.252	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(991)	(938)	
Total Imobilizado de Uso	25.404	24.990	
Total Intangível	1.239	1.252	
Total Depreciação/Amortização	(9.347)	(8.760)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 639 mil (no primeiro semestre 2022 – R\$ 602 mil).

14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% a 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	-	(9)
TOTAL	-	(9)



15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 30 de junho de 2023, um montante de R\$ 6.795.642 mil e em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 5.334.026 mil.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 30/06/2023 R\$ 415.993 mil (30/06/2022 – R\$ 237.852 mil) representadas na demonstração de sobras ou perdas como “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” e “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”.

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(393.395)	(223.905)
TOTAL	(393.395)	(223.905)

16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
MAPA	207.933	15.604	223.537	285.013	19.275	304.288
TOTAL	207.933	15.604	223.537	285.013	19.275	304.288

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrita em “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de repasse - funcafé repassado	(10.539)	(3.779)
TOTAL	(10.539)	(3.779)

17. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores	29	40
Total	29	40

18. Provisões

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.260	1.260	-	1.198	1.198
TOTAL	-	1.260	1.260	-	1.198	1.198

(a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para



contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	179	179	175	175
PIS FOLHA	31	31	-	-
COFINS	885	885	868	868
Trabalhistas	-	1	-	1
Outras Contingências	165	208	155	208
TOTAL	1.260	1.304	1.198	1.252

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	69	-	69	98	-	98
Impostos e Contribuições sobre Salários	484	-	484	658	-	658
Outros	9	-	9	12	-	12
TOTAL	562	-	562	768	-	768

20. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Sociais e Estatutárias	5.435	6.760
Provisão para Participações nas Sobras (I)	753	1.517
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social - FATES (II)	4.036	4.646
Gratificações e Participações a Pagar	646	597
Provisão para Pagamentos a Efetuar	75.110	63.369
Despesa de Pessoal	1.992	1.471
Água/Energia/Gás	13	10
Aluguéis	3	3
Comunicações	8	4
Propaganda e Publicidade	690	162
Manutenção e Conservação de Bens	43	64
Plano de Saúde	9	6
Compensado	93	77
Seguros a Recolher	4	4
Outras Despesas Administrativas	100	49
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	72.155	61.519
Credores Diversos - País	287.765	249.145
Pagamentos a Processar	-	4



Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Fundo SISOL (IV)	3.010	3.079
Fundo FEFS (V)	284.578	245.961
Faturas Sicoobcard	35	15
Outros	142	86
TOTAL	368.310	319.274

- I. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 913 mil no primeiro semestre de 2023 (R\$ 870 mil no primeiro semestre 2022), a título de participação dos empregados nos resultados.
- II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.
- III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

21. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

22. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Sicoob Sul-Litorâneo	18.117	16.946
Sicoob Sul	56.361	53.487
Sicoob Conexão *	128.294	87.022
Sicoob Coopermais	35.989	33.662
Sicoob Norte *	-	35.601
Sicoob Sul-Serrano	66.568	62.765
Sicoob Credirochas	22.062	20.480
Total	327.391	309.963

* Em 01/04/2023, houve a incorporação da **Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte** pela **Cooperativa de Crédito Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba**, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 30/11/2022 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BC. Após a incorporação, ocorreu a alteração da



Razão Social da Cooperativa de Crédito Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba para **Cooperativa de Crédito Conexão – Sicoob Conexão.**

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2023, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 315 mil), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **04/05/2023**, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 17.428 mil.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	1º Sem/2023			1º Sem/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	470.997	470.211	786	292.388	291.870	518
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(437.878)	(437.811)	(67)	(264.550)	(264.528)	(22)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(18.253)	(18.222)	(31)	(14.316)	(14.290)	(26)
Resultado Operacional	14.866	14.178	688	13.522	13.052	470
Receita Não Operacional	12	-	12	22	-	22
Despesa Não Operacional	(27)	-	(27)	-	-	-
Resultado Não Operacional	(15)	-	(15)	22	-	22
Resultado do Período	14.851	14.178	673	13.544	13.052	492

24. Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Empréstimos	8.469	5.615
Rendas De Repasses Interfinanceiros	9.525	4.152
TOTAL	17.994	9.767



25. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	550	338
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	736	467
Provisões para Operações de Crédito	(598)	(422)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(462)	(368)
TOTAL	226	15

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Comissão	574	200
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	-	94
Rendas de Outros Serviços	206	150
TOTAL	780	444

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários	(1.389)	(1.382)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.233)	(939)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.933)	(1.662)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.010)	(4.165)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(11)	(26)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(262)	(171)
TOTAL	(9.838)	(8.345)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(89)	(88)
Despesas de Aluguéis	(23)	(17)
Despesas de Comunicações	(64)	(59)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(138)	(76)
Despesas de Material	(78)	(64)
Despesas de Processamento de Dados	(1.029)	(926)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(216)	(180)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.930)	(1.909)
Despesas de Publicações	(30)	(51)
Despesas de Seguros	(7)	(7)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(547)	(350)
Despesas de Serviços de Terceiros	(228)	(300)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(43)	(42)



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(480)	(376)
Despesas de Transporte	(35)	(26)
Despesas de Viagem no País	(55)	(50)
Despesas de Amortização	(67)	(63)
Despesas de Depreciação	(572)	(539)
Outras Despesas Administrativas	(183)	(151)
TOTAL	(7.814)	(5.274)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(18)	(19)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(39)	(22)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(49)	(42)
TOTAL	(106)	(83)

30. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	7.894	8.703
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(53)	-
TOTAL	7.841	8.703

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 7.672 mil.

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	89	240
Dividendos	3	2
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	9.883	8.941
Outras rendas operacionais	1	24
TOTAL	9.976	9.207

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Fundos (a)	(15.107)	(9.309)
Desc. Conc. - Rep. Interf - Recursos Fonte Publica (b)	(168)	(838)
Outras despesas Operacionais	(54)	(53)
TOTAL	(15.329)	(10.200)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

33. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisões para Contingências	(10)	(1)
TOTAL	(10)	(1)



Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aluguéis	12	12
Outras Rendas Não Operacionais	-	10
(-) Perdas de Capital	(27)	-
TOTAL	(15)	22

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 30 de junho de 2023 e 2022.

36. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Banco Sicoob	4.997.371	3.741.436
Conta corrente	6.669	3
Depósitos Interfinanceiros	3.882.674	2.733.864
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.108.028	1.007.569
Cooperativas Filiadas	345.236	421.879
Repasses interfinanceiros	223.733	278.676
Operações de crédito	119.665	141.665
Valores a receber	1.838	1.538
Passivo		
Cooperativas Filiadas	6.867.797	5.395.545
Relações interfinanceiras – centralização financeira	6.795.642	5.334.026
Provisão Pagamento Administração Financeira	72.155	61.519



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Receita		
Banco Sicoob	277.700	172.042
Rendas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	212.333	125.324
Fundos Aplicações Financeiras	65.367	46.718
Cooperativas Filiadas	27.877	18.708
Rendas de empréstimos	8.469	5.615
Rendas de repasses interfinanceiros	9.525	4.152
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	9.883	8.941
Despesa		
Cooperativas Filiadas	(393.169)	(223.899)
Operações de Captação no Mercado	-	(9)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	226	15
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(393.395)	(223.905)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No primeiro semestre de 2023, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	30/06/2023
Honorários	1.314
Salários/Remuneração	771
Benefícios	45

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	293.321	284.411
Patrimônio de Referência - PR (100)	293.321	284.411
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD (700)	1.928.449	1.557.857
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	56.542	66.600
RWA para risco operacional - RWAOPAD (870)	77.145	65.552
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	2.062.136	1.690.009
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	164.971	135.201
Valor total da RBAN (890)	26.282	15.858
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	50.516	91.102
Índice da Basileia	12,68%	15,45%
Margem de Imobilização (960)	126.806	122.400

38. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(100)	(87)
TOTAL	(100)	(87)

39. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

39.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.



A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos



ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (Δ VE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;



- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

39.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

39.7 Gestão de Continuidade de Negócios



As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória - ES, 31 de julho de 2023.

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC/ES: 016.925/O-0
CPF: 099.673.817-79



Relatório da Auditoria

À Administração e às Associadas da

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa



opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 31 de julho de 2023.



Luciano Gomes dos Santos Contador CRC RS
059.628/O